

ATA N.º 1.321/2026. SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES “JEOVANI PAULO” DE HUMAITÁ-RS, no dia seis de abril de dois mil e vinte e seis, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal os seguintes Vereadores(a): ANITA MARIA SCHNEIDER LUDWIG, DECIO FRANCISCO PETRY, DJENIFER KIRCH KIPPER, FERNANDO INACIO GATTERMANN, JORGE DE LIMA, JOSE MAURI CHASSOT, MAURÍCIO CARDOSO, NERI MODESTO e ROZINALDO B. BONES DOS SANTOS. Sob a coordenação do Presidente Sr. JORGE LUIS DE LIMA e do Secretário Vereador NERI MODESTO, em nome de Deus foi declarada aberta a Sessão às 20 horas. Inicialmente o Presidente convidou aos presentes para juntos fazer um minuto de silêncio pelo falecimento de Ederson José Seevaldt, Roseli Conceição Novaes, Valdemar Diemer e Teresinha Ines Simsen. Prosseguindo foi colocado em discussão a Ata da Sessão Ordinária n.º 1320/2026, ninguém se manifestando foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Dando continuidade passou-se a Leitura das Matérias do Expediente: Projeto de Lei Substitutivo n.º 037/2026; Mensagem Retificativa n.º 02/2026; Projeto de Lei n.º 042/2026; Projeto de Lei n.º 043/2026; Projeto de Lei n.º 044/2026; Projeto de Lei n.º 045/2026; Projeto de Lei n.º 046/2026; Projeto de Lei n.º 050/2026; Proposição n.º 05/2026, e; Requerimento n.º 04/2026. Passando ao PEQUENO EXPEDIENTE, ninguém se manifestando, passou-se ao GRANDE EXPEDIENTE, o Vereador MAURICIO, após os cumprimentos agradeceu ao Executivo e à equipe do Parque de Máquinas por realizarem serviços de melhorias na estrada próximo a propriedade de sua mãe, sendo que aguardavam o mesmo há cerca de dois anos e meio. Falou sobre a falta de posicionamento do Executivo sobre o pagamento do bônus leite aos agricultores, destacando a grave crise enfrentada pelo setor leiteiro. Em contrapartida, salientou que a administração municipal estaria criando novos cargos e benefícios para alguns servidores, enquanto deixava de priorizar áreas essenciais do município. Questionou sobre gastos que considerava desnecessários, mencionando condições para a realização do projeto da RS-472. Criticou ainda a ausência de concurso público, apesar da existência de vagas que poderiam ser preenchidas, e o baixo reajuste salarial dado aos servidores. Falou sobre denúncias e investigações recentes, cobrando um posicionamento oficial do Poder Executivo. Pediu mais transparência, responsabilidade e, caso houvesse servidores envolvidos, que os mesmos fossem afastados para evitar novos escândalos que pudessem prejudicar a imagem do município. A Vereadora DJENIFER, após os cumprimentos falou da preocupação e indignação com as recentes notícias envolvendo o município. Destacou que haviam dois inquéritos policiais com suspeitas graves relacionadas ao uso de dinheiro público e possíveis irregularidades em contratos. Questionou sobre a justificativa da Administração de que não tinha conhecimento dos fatos, levantando dúvidas sobre a falta de controle ou falhas na gestão. Falou também sobre a continuidade de contratações emergenciais sem justificativa adequada e reforçou a preocupação com o uso irresponsável dos recursos públicos. Disse que não cabia a Eles julgar, mas sim cobrar transparência, respostas e responsabilidade por parte do Executivo. Disse que dois inquéritos não podiam ser tratados como coincidência, mas sim como um alerta, cobrando um levantamento detalhado dos contratos, identificação dos responsáveis e, se necessário, o afastamento dos envolvidos. Reforçou a importância da transparência, da fiscalização por parte dos vereadores e da participação da comunidade, destacando que, em pouco tempo de mandato, já ocorreram dois inquéritos, indicando que haviam problemas que precisavam de atenção urgente. O Vereador DECIO, após os cumprimentos falou sobre diversos temas de preocupação no município. Apresentou cobranças ao Executivo sobre a instalação de iluminação no cemitério municipal São Roque, citando furtos ocorridos. Falou que a parte externa já teria sido resolvida, mas faltava a execução interna por parte da prefeitura. Reforçou a importância do projeto técnico da RSC-472, afirmando que a maioria da população apoiava o investimento, citando enquête realizada, e que a

obra era essencial para o desenvolvimento econômico e futuro do município. Criticou a falta de ação do Executivo, dizendo que isso contribuía para a estagnação local. Falou sobre a falta de prioridades e as relacionou com denúncias recentes investigadas por inquéritos policiais, afirmando que não se surpreendia diante de situações anteriores consideradas suspeitas, como tentativa de contratações com altos salários, criação de cargos com livre nomeação e possíveis irregularidades na área da saúde. Citou exemplos que considerava questionáveis, como pagamento de benefícios sem comprovação adequada, inconsistências na contratação de profissionais e falta de transparência em alguns casos. Também criticou a organização de evento de comemoração ao aniversário do município citando a exclusão da comunidade local. Falou de suspeitas sobre empresas recentes envolvidas em contratos públicos e questionou a falta de controle da gestão. Disse que um munícipe inclusive teria sugerido até a possibilidade de renúncia do prefeito caso não conseguisse administrar a situação. Reforçou a necessidade de combater a corrupção, aumentar a fiscalização e garantir transparência. Criticou o excesso de contratações temporárias sem concurso público, mesmo havendo concurso vigente, e cobrou o afastamento de servidores investigados, além de exigir explicações formais do Executivo. O Vereador FERNANDO, após os cumprimentos falou sobre a Eleição para Conselheiro Tutelar e parabenizou as candidatas, destacando a importância do trabalho para a comunidade. Falou sobre os inquéritos mencionados pelos Colegas vereadores, dizendo que a Assessoria Jurídica do município ainda não teria tido acesso aos processos, assim falou dos colegas que faziam acusações sem apresentar nomes ou provas concretas, defendendo que era preciso aguardar os fatos oficiais antes de tirar conclusões. Ressaltou que não defendia possíveis irregularidades, mas tudo deveria ser tratado com responsabilidade, transparência e provas, evitando “alarde” ou especulações. Se haviam informações, elas deveriam ser apresentadas de forma clara à população. Sobre a RSC-472, disse que a responsabilidade pela obra era do Governo do Estado, não apenas do município. Criticou Gestões estaduais por não investirem na estrada e afirmou que o município fazia o possível dentro de suas limitações, podendo futuramente investir em projeto, mas conforme disponibilidade de recursos. Passando a ORDEM DO DIA, em discussão, o Projeto de Lei Substitutivo nº 037/2026 - Altera a Lei Municipal nº 3.050, de 18 de agosto de 2020, para incluir o sobreaviso, e dá outras providências. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, Projeto de Lei nº 038/2026 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder na contratação emergencial de 01 (um) Gestor de Recursos Humanos com a mensagem retificativa 002/2026. A Vereadora DJENIFER falou sobre o Projeto de contratação emergencial de um Gestor de Recursos Humanos, salientando que contratações emergenciais deveriam ser exceções, usadas apenas em situações imprevisíveis e urgentes, como calamidades, problemas na saúde ou ausência temporária de profissionais. No caso apresentado, questiona a existência de uma emergência, já que a Gestão de Recursos Humanos era uma função permanente, previsível e contínua na administração pública. Falou da alteração do projeto, que aumentou o salário do cargo, de padrão 3 para 4, demonstrando preocupação e comparando isso com reajustes dados a outros servidores. Além disso, levantou dúvidas sobre a necessidade da contratação, considerando que havia concurso público vigente com candidatos aptos aguardando nomeação. Se posicionou contra o projeto, afirmando que não havia justificativa para a contratação emergencial e alertando para o cuidado com o uso do dinheiro público. O Vereador DECIO falou sobre o Projeto e afirmou que, ao consultar a legislação municipal, não encontrou previsão para esse cargo no quadro de cargos e funções públicas, o que levantava questionamentos sobre a legalidade da contratação. Sugeriu que, se o cargo não existisse oficialmente, o correto seria primeiro criá-lo por lei, em vez de autorizar uma contratação emergencial. Criticou a ideia de realizar um processo seletivo temporário para um cargo que não estaria previsto e que, aparentemente, poderia deixar de existir depois,

apontando possível inconsistência nos critérios de remuneração e exigências do cargo. Reforçou que havia concurso público vigente com candidatos qualificados aguardando nomeação, defendendo que a administração deveria aproveitar esses profissionais em vez de realizar novas seleções emergenciais. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por 5x4 com votos contrários dos Vereadores ANITA, DECIO, DJENIFER e MAURICIO. Em discussão, o Projeto de Lei nº 042/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 41.059,39, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº 043/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 105.228,96, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº 044/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 186.372,77, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº 045/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 56.673,54, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº 046/2026 - Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 15.870,12, através de redução orçamentária e dá outras providências. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº 050/2026 - Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 6.963,05, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, a PROPOSIÇÃO N.º 05/2026 encaminhada pelo Vereador DECIO FRANCISCO PETRY, juntamente com a bancada do MDB, vereador Maurício Cardoso e vereadoras Anita Maria Schneider Ludwig e Djenifer Kirch Kipper - Propõe ao Executivo Municipal, que seja realizado o asfaltamento, com asfalto quente, de parte da Avenida Industrial, de aproximadamente 210 metros lineares, da Área Industrial Selestino Guerino Rossato. Trecho compreendido entre a estrada municipal que liga Humaitá a Sede Nova e a curva de 90 graus da mesma avenida, propiciando a melhora na fluidez do trânsito, a eliminação das constantes ervas daninhas e a melhora significativa da aparência do local. O Vereador DECIO falou sobre a Proposição e explicou que a solicitação surgiu a partir de demandas da sociedade, especialmente de empresários instalados naquele local desde a expansão ocorrida a partir de 2021. Falou do trecho pavimentado com pedras irregulares sobre terra que apresentava problemas como crescimento excessivo de vegetação, deformações no calçamento, acúmulo de água e aparência inadequada. Disse que isso prejudicava a imagem do local, podendo causar má impressão a visitantes e investidores, além de possíveis problemas como proliferação de mosquitos. Diante disso, propõe que o Executivo realizasse a pavimentação com asfalto de qualidade em cerca de 210 metros do trecho, destacando que a medida seria viável, beneficiaria os empresários locais e contribuiria para o desenvolvimento econômico do município. Ninguém mais se manifestando foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Em discussão, o REQUERIMENTO 04/2026 encaminhado pelo Vereador DECIO FRANCISCO PETRY, juntamente com a bancada do MDB, vereador Maurício Cardoso e vereadoras Anita Maria Schneider Ludwig e Djenifer Kirch Kipper - requerem que seja encaminhado a esta câmara de vereadores, cópia de todos os relatórios sociais, produzidos pela Assistência Social deste município, que geraram pagamentos por parte do município de Humaitá, a moradores deste, inclusive eventuais ainda não pagos, mas já empenhados; abrangendo o ano de 2025 e os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026. O Vereador DECIO justificou o requerimento dizendo que era feito em nome da bancada e relatando que ao consultar o portal da

transparência encontrou registros genéricos, sem identificação clara dos beneficiários, o que dificultava a fiscalização. Disse que os Vereadores, como órgão fiscalizador, têm o direito de acessar esses dados, mesmo que protegidos por sigilo, ressaltando que a responsabilidade por eventuais vazamentos seria individual. Destacou a necessidade de verificar se haviam critérios justos e um planejamento na distribuição dos auxílios, garantindo que os recursos estariam chegando às pessoas que realmente precisavam, sem favorecimentos indevidos. Defendeu que o acesso a essas informações era essencial para o cumprimento do papel fiscalizador dos vereadores e para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e reprovado por 5x4, com votos contrários dos Vereadores FERNANDO, JOSÉ MAURI, JORGE, NERI e ROZINALDO. Passando as EXPLICAÇÕES PESSOAIS, O Vereador ROZINALDO, após cumprimentos falou das mudanças no espaço da Câmara e o motivo pelas quais se faziam necessárias. Comentou sobre notícias que estavam circulando na mídia local sobre supostos acontecimentos envolvendo servidores, destacando que os vereadores tinham o papel de fiscalizar e garantir o bom funcionamento do município, mas ressaltou que não cabia a eles julgar, e sim ao Poder Judiciário. Ainda assim, afirmava que, caso irregularidades fossem comprovadas, os responsáveis deveriam ser punidos. Falou da preocupação com a falta de informações claras, afirmando que nem o Executivo nem o setor jurídico forneceram nomes ou detalhes dos envolvidos. Por isso, cobrava mais transparência e agilidade na apuração dos fatos, defendendo que os vereadores precisavam dessas informações para prestar esclarecimentos à população. Reforçou seu compromisso com a fiscalização, afirmando que não apoiava irregularidades e criticando a forma como alguns cargos eram ocupados, defendendo maior diálogo na escolha de Gestores públicos. O Vereador JORGE destacou a importância de prestar esclarecimentos à comunidade, que acompanhavam as Sessões pelas redes sociais, e afirmou que tanto o Legislativo quanto o Executivo estariam tratando o caso com seriedade, responsabilidade e compromisso com a transparência. Salientou que todas as denúncias deveriam ser investigadas com rigor, mas reforçava que não era possível julgar ou absolver ninguém antes da conclusão das investigações e de eventuais processos judiciais. Como Presidente informava que os vereadores já buscaram esclarecimentos junto ao prefeito e pretendiam solicitar oficialmente informações às autoridades competentes para entender melhor a situação. Reafirmou o papel fiscalizador da Câmara, o compromisso com a população e a defesa da ética, da legalidade e da transparência, garantindo que, caso houvesse irregularidades, os responsáveis seriam responsabilizados. A Vereadora ANITA, após os cumprimentos destacou a importância da participação da comunidade, que acompanhava as Sessões pelos meios de comunicação. Disse que concordava com seus Colegas Vereadores ao reforçar que os questionamentos feitos não eram acusações, mas respostas às cobranças da própria população. Questionou sobre as conversas com o Poder Executivo e pediu maior inclusão nas discussões entre o Executivo e o Legislativo, ressaltando que todos os vereadores deveriam ter acesso às informações e não apenas um grupo. Salientou que as denúncias divulgadas na mídia eram reais e precisavam ser investigadas com seriedade, sem julgamentos precipitados. Demonstrou preocupação e tristeza com a situação, afirmando que esse tipo de notícia prejudicava a imagem do município. Ressaltou que a população cobrava respostas e que os vereadores também não possuem todas as informações necessárias. Enfatizou que, por se tratar de recursos públicos, a Gestão tinha o dever de prestar esclarecimentos à comunidade, defendendo transparência, responsabilidade e respeito com o dinheiro público. A Vereadora DJENIFER destacou a realização da Feira da Agricultura e do Artesanato, citando a importância da mesma para mostrar o trabalho de diversos artesãos do município, bem como a valorização das empresas, o setor da agroindústria que era bastante prejudicado, bastante desvalorizado. Também relatou sobre um encontro voltado às

mulheres, organizado pelo Sindicato e também pelo coletivo de mulheres pertencente ao Sindicato. Cobrou do Poder Executivo a ausência de ações oficiais em comemoração ao Dia da Mulher. Apontou a insatisfação com a falta de inclusão de todos os vereadores em reuniões com o prefeito, defendendo maior participação e transparência nas decisões. Falou sobre as denúncias e investigações divulgadas pela mídia sobre possíveis irregularidades no município questionando a falta de cobertura de um veículo de comunicação local sobre o caso e levantando dúvidas sobre a transparência dessas informações. Enfatizou que não cabia aos vereadores julgar, mas ressaltava a gravidade das acusações, que envolviam possíveis crimes como fraude e corrupção, baseadas em investigações conduzidas pela polícia. Demonstrou preocupação com o impacto dessas notícias na imagem do município e questionou a gestão dos recursos públicos. Reforçou a necessidade de esclarecimentos à população, destacando o papel dos vereadores na fiscalização e na defesa do interesse público. O Vereador ROZINALDO, falou de uma proposição de Sua autoria sobre a iluminação do cemitério, informando que a energia já foi instalada, embora ainda faltassem postes, cuja instalação estaria em andamento. Disse que continuaria cobrando providências para resolver totalmente o problema. Também agradeceu pelas melhorias já realizadas, como a ampliação do sistema de água e a limpeza do local, destacando avanços nessas áreas. Reforçou sua preocupação com as denúncias e investigações em andamento no município, dizendo que os vereadores deveriam atuar juntos para buscar esclarecimentos e dar respostas à população, diante das diferentes informações divulgadas, cabendo à Justiça identificar e punir eventuais responsáveis por irregularidades, reafirmando que quem comete erros deveria responder por seus atos. Ninguém mais se manifestando, em nome de Deus, encerrou-se a Sessão às 21 horas e 35 minutos. Câmara Municipal de Vereadores, 06 de abril de 2026.

JORGE LUIS DE LIMA
Presidente

NERI MODESTO
Secretário